

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROJETOS POLÍTICO- PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM CAETITÉ/BA

ALMEIDA, Jéssica da Silva<sup>1</sup>

SOUZA, Analívia Lopes de<sup>2</sup>

JEZLER, Caroline Nery<sup>3</sup>

**RESUMO:** A Educação Ambiental (EA) tem grande importância por formar cidadãos conscientes com suas ações e preocupados com os problemas ambientais. Nas instituições de ensino, essa temática deve estar prevista no Projeto Político-Pedagógico (PPP), já que este é o documento norteador do trabalho institucional. Assim, objetivou-se analisar os PPPs de escolas de educação básica de Caetité-BA, nas diferentes etapas da educação. Para isso, as propostas de EA presentes nos PPPs de escolas de ensino fundamental e médio do município foram analisadas por meio de leitura dos documentos. Observou-se que a EA é abordada superficialmente, pois não foi constatado um plano concreto de abordagem e execução da temática na instituição, ou a EA não encontra-se inserida no PPP. Diante disso, a EA não é desenvolvida como esperado, com momentos de reflexão/conscientização ambiental e ações concentradas para que a geração futura possa ter um meio ambiente equilibrado e sustentável para a vida.

**Palavras-chave:** Educação. Problemas ambientais. Instituições de ensino.

### 1 INTRODUÇÃO

Com a globalização e a evolução da civilização, a sociedade foi impulsionada a olhar os recursos da natureza apenas como suprimentos das necessidades humanas, esquecendo que sem ela seria impossível manter a vida no planeta. Desse modo, a Educação Ambiental (EA) tem um papel crucial nas escolas, instruindo os estudantes a terem um pensamento crítico sobre o ambiente, para que atuem como agentes transformadores em relação à preservação ambiental.

Diante do cenário ambiental mundial e, especificamente, o cenário ambiental brasileiro pós pandemia, constataram-se que as exigências de isolamento afetaram a

<sup>1</sup>Jéssica da Silva Almeida, bolsista de extensão da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e-mail: [jessicasilvacba6@gmail.com](mailto:jessicasilvacba6@gmail.com).

<sup>2</sup>Analívia Lopes de Souza, aluna do curso de Ciências Biológicas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

<sup>3</sup>Caroline Nery Jezler, professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

economia, e provocaram mudanças de hábitos e costumes na população (TOSCAN; TOSCAN, 2020). Tais atitudes foram sentidas positivamente pelo meio ambiente e, de acordo com Toscan e Toscan (2020), essa pausa foi necessária para que as relações com o planeta fossem repensadas. Nesse cenário, considera-se necessário o trabalho da EA com toda a sociedade e principalmente nas escolas, locais onde se formam cidadãos críticos para com as questões socioambientais.

Considerando a importância dessa temática, em 1999 foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental por intermédio da Lei 9.795 de 27 de abril. Em seu primeiro artigo traz o entendimento da Educação Ambiental, os meios pelos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, uma vez que é de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Ante o exposto, quanto mais cedo as escolas incluírem a EA na matriz curricular das três etapas educacionais (infantil, fundamental e médio), teremos uma sociedade sensibilizada com a proteção do meio ambiente, que está diretamente associada com a qualidade de vida dos humanos e animais. Outrossim, a EA é um movimento ecológico que surge por meio da preocupação da sociedade com o futuro da vida e da qualidade das presentes e futuras gerações, visando construir novas maneiras da população relacionar-se com o meio ambiente (CARVALHO, 2004).

Nessa perspectiva, a EA desenvolvida na escola proporciona consciência ecológica aos estudantes, para que eles possam construir seus valores e hábitos na conservação e proteção do meio ambiente, uma vez que essas atitudes serão refletidas em sua comunidade. Diante da relevância da EA, este artigo teve por objetivo averiguar a inserção da Educação Ambiental no currículo escolar (PPP), identificando as metodologias utilizadas para a abordagem da temática ambiental em escolas de educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) da cidade de Caetité, sudoeste da Bahia.

## **2 METODOLOGIA**

O primeiro passo para o desenvolvimento do estudo foi a escolha das instituições. Dentre as 58 escolas da rede básica de ensino no município (públicas e

privadas), foram selecionadas inicialmente 12 escolas, sendo quatro escolas de educação infantil (duas públicas e duas privadas), quatro escolas de ensino fundamental (duas públicas e duas privadas) e quatro escolas de ensino médio (três públicas e uma privada). Para tal seleção, utilizou-se como critério a proximidade à UNEB e escolas do perímetro urbano, a fim de facilitar o acesso e a comunicação.

As escolas selecionadas foram contatadas para apresentação do projeto e proposição de parceria. As cinco instituições privadas selecionadas não aceitaram participar da pesquisa. Por outro lado, as cinco instituições públicas de ensino fundamental e médio concordaram com o desenvolvimento do projeto e disponibilizaram o PPP para leitura e análise. As instituições públicas de educação infantil não aceitaram participar da pesquisa por não estarem com o PPP atualizado. Considerando a ausência de escolas particulares e a ausência de escolas públicas da educação infantil para análise, foram contatadas mais duas instituições públicas de ensino fundamental e médio, a fim de aumentarmos a amostragem destas etapas. Ao total, foram disponibilizados 6 PPPs e um Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB). Destes, quatro foram disponibilizados via e-mail, e três foram analisados nas próprias instituições, uma vez que não possuíam o documento em meio eletrônico.

A análise dos PPPs foi feita a partir da leitura dos sete documentos disponibilizados, levando em consideração a presença/ausência de qualquer tipo de citação relacionada à EA, e, quando presente, em que parte do documento a temática estava inserida e o que estava escrito. Por meio dessa estruturação, as análises foram feitas tendo como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, a Lei nº 12.056 de 12 de janeiro de 2011, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), dentre outros.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Das sete instituições analisadas, três atendem somente o ensino fundamental I, uma somente o ensino fundamental II, duas o ensino fundamental II e ensino médio, e uma somente o ensino médio.

A partir da análise dos documentos, foram obtidos os seguintes resultados:

**Escola 1 (Ensino Fundamental II e Médio):** Traz a temática ambiental no tópico que trata sobre a interdisciplinaridade e a transversalidade, abordando da seguinte

maneira: “Esta Unidade escolar incluirá como conteúdo programático, os Estudos Transversais que serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, especificados nas disciplinas correspondentes e nas devidas unidades didáticas, sobre as temáticas: [...] II - Estudos transversais sobre a temática da Lei Nº. 9.795/99 – Educação Ambiental no Sistema Educacional.”

**Escola 2 (Ensino Fundamental I):** Fala sobre a EA no tópico sobre planos e projetos: “Apresentamos, a seguir, alguns dos principais temas trabalhos nos projetos da escola: Família na escola, educação ambiental, higiene alimentação, preconceitos, profissões [...]” e também no tópico interdisciplinaridade e transversalidade: “Através da interdisciplinaridade e da transversalidade a escola trabalha com alguns aspectos da vida cidadã como: educação no trânsito, consciência política, educação ambiental, criminalidade [...]”.

**Escola 3 (Ensino Fundamental II):** Não foi identificada, em nenhuma parte do texto, citação referente à temática EA.

**Escola 4 (Ensino Fundamental I):** Trata a temática EA no tópico projetos, especificamente relacionado ao projeto “Guardiões da natureza” idealizado pela Gerência de Projeto da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Limpeza Pública, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação. O objetivo geral do projeto é promover a participação social em ações de educação ambiental, de maneira ampla, na rede pública municipal de ensino de Caetité/Bahia.

**Escola 5 (Ensino Médio):** Não foi identificada, em nenhuma parte do texto, citação referente à temática EA.

**Escola 6 (Ensino Fundamental I):** Cita a EA em sua parte curricular: “[...]Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural [...]”.

**Escola 7 (Ensino Fundamental II e Médio):** Encaminhou somente o Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB), afirmando que o PPP se baseia nele, mas que no presente momento encontra-se em atualização. O documento analisado traz algumas partes referentes a EA, como

alguns normativos acompanhados de suas finalidades e sobre o Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia (ProEASE).

A partir das análises podemos apontar que a EA é abordada nos PPPs de forma superficial, pois em nenhum deles há um plano concreto de como ela será executada na instituição. A ausência de direcionamento e estratégias para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao tema podem deixar os professores sem o suporte necessário para o trabalho, limitando-os a uma visão simplista e reducionista (JACOBI, 2005).

Dentre as escolas participantes, apenas a Escola 2 e a Escola 4 apresentam projetos voltados para a temática ambiental nos PPPs, e somente as Escolas 1 e 2 tratam o tema como interdisciplinar e transversal. Para os Parâmetros Curriculares Nacionais trabalhar dessa forma torna os cidadãos mais participantes, pois os conceitos são tratados de acordo com a realidade cotidiana da sociedade (BRASIL, 1997, p. 193).

Vale ressaltar ainda que, as Escolas 3 e 5 não possuem a temática inserida em seu PPP, e isso é preocupante diante dos impactos ambientais que vivenciamos. A Escola 6 apresenta a EA somente na matriz curricular e a Escola 7, aborda a temática através dos documentos normativos apresentados no (DCRB).

Observamos que a maioria dos PPPs estão sendo atualizados, cujo atraso ocorreu em razão da pandemia da Covid-19. Sendo assim, esperamos que essas mudanças tragam novas perspectivas de uma Educação Ambiental que faça os estudantes desenvolverem um olhar de sensibilização, cuidado, preservação e respeito com o meio ambiente.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O cenário obtido com a análise dos PPPs das instituições de ensino da educação básica de Caetité nos trouxe reflexões sobre como as instituições vêm tratando a temática ambiental, deixando evidente a necessidade de se intensificar as cobranças quanto a atualização dos Projetos Político-Pedagógicos, de se traçar um projeto que se torne concreto e que dê aos professores as ferramentas necessárias para trabalhar a EA de forma contínua.

É essencial que os planos sobre a EA fiquem explícitos nos currículos, para que os professores possam ter uma base de como trabalhar o tema de forma transversal e interdisciplinar em toda a unidade de ensino, e não somente em disciplinas específicas e em datas comemorativas.

Ademais, tais PPPs devem envolver não somente a unidade escolar, mas também a comunidade e outras instituições de ensino para que juntos possam pensar estratégias para discussão e execução de soluções para os problemas ambientais identificados, a nível local, regional e até mesmo global. Afinal, além de ser um documento importante para construção de um trabalho sistematizado dentro da escola, os PPPs devem ser construídos levando em consideração as necessidades da comunidade em que a escola está inserida.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial, Brasília**, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.795](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.795) . Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente**. Brasília, MEC/SEB, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf> . Acesso em: 13 nov. 2022.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**. v. 31, n. 2, p. 233-250, mai/ago, 2005.

TOSCAN, T. S. C.; TOSCAN, G. F. Repensando o consumo em tempos de modernidade líquida: construindo sociedades mais sustentáveis no cenário pós pandemia. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 4, p. 190-204, 2020.